

AS FILOSOFIAS E A FILOSOFIA DA PRÁXIS EM GRAMSCI: CONHECIMENTO E AÇÃO

Otacílio Gomes da Silva Neto

Universidade Estadual da Paraíba (otacilio.uepb@hotmail.com)

Resumo

As ideias de Gramsci foram fundamentais para a preservação do marxismo. Esse pensador italiano viveu em um contexto profundamente marcado pela instabilidade social e política na Itália, entre as duas guerras mundiais. Gramsci vivenciou a exploração e miséria da massa de trabalhadores do campo e da cidade, e não se conteve em apenas observar aquela situação. Engajando-se na luta sindical e partidária, ele foi de encontro ao conservadorismo italiano que tinha no fascismo então hegemônico, a convergência ideológica e política capaz de manipular as massas para manter aquele *status quo*. Mesmo perseguido e encarcerado pelos fascistas italianos, Gramsci não se permitiu em abandonar a sua luta epistemológica e política em vista da transformação da sociedade pelo marxismo. As suas teses vão de encontro a alguns revisores do marxismo, como os defensores daquilo que Gramsci entende por bizantinismo e reformistas, por estes distorcerem as ideias de Marx e Engels. O bizantinismo e o reformismo promoviam uma ruptura entre teoria e prática cuja consequência era a geração de conformismos entre os militantes e ativistas. Para romper com a fragmentação dos saberes, Gramsci propôs a filosofia da práxis, que era um tipo de filosofia marxista que unia epistemologia e política. O caminho para a filosofia da práxis passava pela valorização do saber do senso comum, também chamada de filosofia popular. Contudo, dada a carência desse saber ocasional em compreender a realidade de forma desagregada, era necessária a junção com métodos mais rigorosos de compreensão da realidade. Dessa forma, Gramsci ao unir conhecimento e ação favoreceu a formação de novos quadros de intelectuais para defenderem os anseios e a luta dos setores menos privilegiados. A ideia era a de formar uma nova cultura política por meio da universalização da filosofia da práxis para preparar a revolução e a emancipação do humano.

Palavras-chave: Filosofia da práxis, saberes, engajamento.

As filosofias e a filosofia da práxis em Gramsci: conhecimento e ação

Introdução

Há oitenta anos o mundo perdia o pensador italiano Antonio Gramsci. Ele morreu em condições de saúde fragilizadas devido às circunstâncias sub-humanas nas quais foi submetido durante os nove anos de detenção arbitrária na Itália – entre 1928 e 1937 – à mando do governo fascista de Mussolini, o “ditador da burguesia” (GRAMSCI, 2011, p. 97). Portanto, ele foi tornado um preso político por não se conformar com o contexto de pobreza e miséria nos quais a grande massa de trabalhadores urbanos e rurais era atingida em sua época histórica.

Além de combater o fascismo¹ que estava crescente na Europa, Gramsci também lutou em várias frentes, mesmo na prisão. Ele denunciava que o sistema capitalista era o grande responsável pela violência social que agredia a grande massa de proletariados, assim como não aceitava as respostas e soluções advindas das religiões tradicionais – como o catolicismo vigente – para o homem. Na verdade, todas essas ideologias davam suporte de uma forma ou de outra, à hegemonia do capitalismo ao não serem capazes de aniquilar a divisão presente na sociedade de classes. Pelo contrário, essas ideologias ainda que usassem uma retórica de cunho humanista e corporativista, endossavam essa divisão.

Feitas essas considerações preliminares, queremos destacar que o objetivo desse ensaio é o de apresentar as continuidades e discontinuidades entre a filosofia da práxis e outras concepções de mundo, fruto de saberes ocasionais e fragmentados ou crítico-reflexivos, na concepção gramsciana. A nossa metodologia para esse trabalho estará alinhada à pesquisa conceitual por meio de fontes bibliográficas que servirão de suporte para a discussão da temática. Nesse sentido, subdividiremos o ensaio em três tópicos: no primeiro apresentaremos a crítica gramsciana aos revisionistas do pensamento de Marx e Engels, uma vez que os autores do *Manifesto Comunista* exerceram profunda influência em Gramsci.

Em seguida, discutiremos as negativas consequências sociais e políticas de uma desagregação dos saberes nos quais envolve uma dicotomia entre a filosofia e o senso comum. Por último, apresentaremos a filosofia da práxis como princípio unificador da teoria e prática, assim

¹ Conforme o *Dicionário de política* de Bobbio (et al., 2004, p. 466): *Em geral, se entende por Fascismo um sistema autoritário de dominação que é caracterizado: pela monopolização da representação política por parte de um partido único de massa, hierarquicamente organizado; por uma ideologia fundada no culto do chefe, na exaltação da coletividade nacional, no desprezo dos valores do individualismo liberal e no ideal da colaboração de classes, em oposição frontal ao socialismo e ao comunismo, dentro de um sistema de tipo corporativo; [...] pelo aniquilamento das oposições, mediante o uso da violência e do terror; por um aparelho de propaganda baseado no controle das informações e dos meios de comunicação de massa [...].*

como da necessária fusão entre os intelectuais e as massas populares, para a formação de uma hegemonia que contraponha a hegemonia capitalista vigente.

Como resultado, ao destacar o conceito de filosofia da práxis em conexão com outros saberes, o nosso escopo é o de apresentar que essa filosofia de cunho marxista é uma das partes essenciais da teoria sócio-política de Gramsci, por ser princípio de unidade ativa entre as consciências coletivas e a ação política, em vista da libertação das massas populares, cuja consequência será a formação de uma sociedade sem classes.

A influência de Marx e Engels e a crítica aos revisionistas

Uma vez sensível às causas sociais e políticas vigentes, o pensamento de Marx e de Engels serviram de fonte e inspiração para as ideias de Gramsci. Ao revisar as ideias revolucionárias desses pensadores, Gramsci tratou de distinguir a sua leitura de outras leituras e revisões pelas quais o pensamento dos autores do *Manifesto Comunista* estaria sendo deturpado. Em resposta à essas distorções de leitura, Gramsci (2011, p. 65) foi enfático ao afirmar que: “A retórica vazia e o bizantinismo são uma herança permanente dos homens”.

Por “bizantinismo” Gramsci entende a tendência de se pensar a realidade social e histórica a partir de uma sobrevalorização da teoria em detrimento da prática. Desse modo, o bizantinismo parte da ideia segundo a qual as abstrações teóricas de cunho universalistas por si só seriam suficientes para dar conta da explicação da realidade, independentemente do contexto no qual elas seriam criadas. Conforme Gramsci (2011, p. 163): “Pode-se chamar de bizantinismo ou escolasticismo a tendência degenerativa a tratar as chamadas questões teóricas como se tivessem um valor em si mesmas, independentemente de qualquer prática determinada [...]”.

Com isso, ele quis dizer que, de um lado, uma retórica política sem ação revolucionária seria completamente inerte frente à urgência da situação pela qual vivenciava a classe trabalhadora. De outro, seria inútil acreditar que as especulações abstratas ainda que apoiem uma transformação futura da sociedade, por si só confirmariam o surgimento de uma sociedade igualitária. Tratava-se, segundo Coutinho (2011, p. 14)² de uma crítica direta a dois grupos que faziam parte do Partido Socialista Italiano em meados da década de 1920: os reformistas e os maximalistas.

Ao elaborarem a crítica da ordem social e econômica por meio do método dialético, os reformistas enfatizavam a restauração e a conservação dessa mesma ordem em vez de optarem pelo caminho da revolução. Atitude que comprometia todo o caráter revolucionário do método dialético

² GRAMSCI, Antonio. **O leitor de Gramsci**: escritos escolhidos 1916-1935. Organização e introdução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

desenvolvido por Marx e Engels. O erro dos reformistas, para Gramsci, consistia na formulação de uma teoria que acabava por justificar a manutenção do *status quo* estabelecido pelo liberalismo econômico e político, conforme citação:

É uma ideologia que tende a enfraquecer a antítese, a fragmentá-la numa longa série de momentos, isto é, a reduzir a dialética a um processo de evolução reformista “revolução-restauração”, na qual apenas o segundo termo é válido, já que se trata de consertar continuamente (de fora) um organismo que não possui internamente os motivos próprios de saúde (GRAMSCI, 2011, p. 160-161).

A dialética no sentido marxista exprime um conflito permanente entre uma determinada ordem social predominante (tese) em combate com outra emergente (antítese) – não somente na ordem das ideias, mas sobretudo da história –. Portanto, a síntese dessa dialética histórica expressa a renovação radical da sociedade ou a total aniquilação das classes sociais em combate, conforme Marx e Engels (2006, p. 33-34):

A história de toda sociedade existente até hoje tem sido a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre de corporação e companheiro, em uma palavra, opressor e oprimido, em constante oposição, têm vivido uma guerra ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre pela reconstrução revolucionária de toda a sociedade ou pela destruição das classes em conflito.

Já os maximalistas acreditavam que a revolução das massas em direção ao socialismo era algo inevitável. Assim, de acordo com o do ponto de vista maximalista, o caminho para a revolução já estava traçado e independia da vontade de particulares, de sindicatos ou da atuação de partidos políticos, sendo assim, apenas uma questão de tempo para ela ocorrer. Nas palavras do próprio Gramsci (2011, p. 102-103): “As massas – diz ele – não podem deixar de nos seguir, já que a situação objetiva as empurra para a revolução. Portanto, vamos esperar por elas, sem quebrar a cabeça com tantas manobras táticas e expedientes do gênero”.

Em outras palavras, a crítica de Gramsci aos revisionistas tinha como um dos focos centrais: de um lado, impedir que as questões de ordem social e econômica fossem naturalizadas, como se não houvessem alternativas aos modelos hegemônicos em vigor. E de outro, afastar os conformismos daqueles que pensavam que as coisas se resolveriam por elas mesmas. Do mesmo modo, a crítica também se dirigia para aqueles que acreditavam que o liberalismo político e econômico representasse o fim da história e que não haveria “salvação” fora dele, ou alternativas para ele.

Filosofia, senso comum e a desagregação dos saberes

Comumente quando falamos de filosofia enquanto saber coerente, rigoroso, crítico e reflexivo sobre a realidade, nós a distinguimos do saber advindo do senso comum cuja característica

é a fragmentação, a carência de uma unidade lógica, saber este, portanto, desagregado. Acreditamos que há uma ordem hierárquica entre esses saberes na qual impõe aos indivíduos um caminho que deve ser percorrido de um para outro. Em outras palavras, há que se sair da compreensão ingênua do senso comum para chegar a uma consciência crítica da realidade, iluminada pelo conhecimento filosófico. Entendido dessa forma, é estabelecida uma distância enorme entre filosofia e senso comum.

Uma das consequências dessa ótica é a dicotomia radical feita entre: os intelectuais que conseguem por meio da razão ter uma suposta compreensão da realidade mais completa e abrangente, e as massas populares que detêm uma compreensão ingênua da vida. Estas, em sua ignorância, possuem um conhecimento obscuro, fantasmagórico e exíguo do mundo. Portanto, de um lado, nós temos o intelectual detentor do conhecimento, e do outro, o homem rústico, consumido pela ignorância.

Para Gramsci, contudo, essa dicotomia não é como um todo verdadeira, já que ele tem uma concepção ampla de filosofia, ou de filosofias. Gramsci parte primeiramente da concepção de uma “filosofia espontânea” na qual todos os seres humanos compartilham. Desse modo, podemos entender a frase de Gramsci (2011, p. 128) segundo a qual, em certa medida: “todos os homens são ‘filósofos’”. Todos são filósofos porque todas as pessoas têm uma concepção de mundo diferenciada de acordo com os agrupamentos sociais nos quais fazem parte. Essa mesma filosofia que é comum a todos, se faz presente, conforme citação:

1) na própria linguagem, que é um conjunto de noções e de conceitos determinados e não, simplesmente, de palavras gramaticalmente vazias de conteúdo; 2) no senso comum e no bom senso; 3) na religião popular e, conseqüentemente, em todo o sistema de crenças, superstições, opiniões, modo de ver e de agir que se manifestam naquilo que geralmente se conhece por “folclore” (GRAMSCI, 2011, p. 128).

De acordo com essa concepção preliminar, a filosofia não é restrita a determinados grupos de iluminados nos quais só eles são capazes de entender essa forma de saber “difícil” e complexa, em comparação com os grupos menos privilegiados. À esta compreensão de mundo que é diferente em cada classe social, Gramsci também denomina de “filosofias”, conforme citação: “Com efeito, não existe filosofia em geral: existem diversas filosofias ou concepções do mundo, e sempre se faz uma escolha entre elas” (GRAMSCI, 2011, p. 131). Nem sempre essa escolha é feita de forma consciente e crítica. Se assim fosse, o senso comum e, de certa forma a religião, não seriam parte dessas “filosofias”, já que há uma carência de criticidade naqueles saberes. Essa escolha pode acontecer inconscientemente sem ser necessário que se dê razões elucidativas para tal preferência.

Como resultado é preciso destacar que Gramsci não despreza o saber provindo do senso comum, já que não há separação entre uma filosofia “científica” e uma filosofia “vulgar”, mesmo quando esta é identificada como uma forma de saber aleatória e alienada da realidade. Há algumas características peculiares ao senso comum. Primeiramente, o senso comum é caracterizado como a “filosofia dos não filósofos”, que é aquela compreensão do mundo assimilada acriticamente quando imposta por líderes espirituais, comunitários, ou retóricas de cunho filosófico e político nas quais impõem às massas populares um estado de “menoridade” em sentido kantiano, qual seja: “[...] a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo” (KANT, 2010, p. 63).

Por outro lado, o senso comum incorpora elementos de causalidade, ainda que de forma implícita, no tocante ao entendimento da realidade histórica. Gramsci entende que durante a luta filosófica dos séculos XVII e XVIII contra a escolástica, os intelectuais viram no senso comum: “[...] uma certa dose de “experimentalismo” e de observação direta da realidade, ainda que empírica e limitada” (GRAMSCI, 2011, p. 148).

Numa crítica ao livro de Bukharin cognominado por Gramsci de “Ensaio popular”³, o pensador italiano argumenta que aquele autor deveria partir da compreensão de senso comum, cuja característica fundamental é: “[...] o de ser uma concepção (inclusive nos cérebros individuais) desagregada, incoerente, inconsequente, adequada à posição social e cultural das multidões das quais ele é a filosofia” (GRAMSCI, 2011, p. 148). O erro de Bukharin consistiu em promover um rompimento entre uma filosofia “original” provinda das massas, com o pensamento advindo da alta cultura.

Para Gramsci, apesar de as massas populares desconhecerem os sistemas sociais e econômicos construídos geralmente pelos estratos mais privilegiados da sociedade, aqueles exercem sobre elas uma hegemonia sutil, capaz de manipulá-las, sem que as mesmas tenham uma consciência crítica radical dessa manipulação, conforme citação:

Estes sistemas influem sobre as massas populares como força política externa, como elemento de força coesiva das classes dirigentes, e, portanto, como elemento de subordinação a uma hegemonia exterior, que limita o pensamento original das massas populares de uma maneira negativa, sem influir positivamente sobre elas, como fermento vital de transformação interna do que as massas pensam, embrionária e caoticamente, sobre o mundo e a vida (GRAMSCI, 2011, p. 149).

³ Em nota, Coutinho (2011) nos oferece informações sobre menção de Gramsci à esta obra e autor, conforme citação: *Com Ensaio Popular, aqui e em seguida, Gramsci se refere ao livro de Nikolai Bukharin, A teoria do materialismo histórico [...].* (Id. Ibid., p.356).



Consequentemente, não apenas há uma separação arbitrária entre os saberes e suas formas de compreensão do mundo, como também existem determinadas formas de saber que terminam por exercer sua hegemonia sobre a outra. Nesse caso, o senso comum acaba absorvendo ainda que inconscientemente, tanto os abstratos sistemas da filosofia tradicional, quanto as ideologias religiosas. Nada indica que as massas populares uma vez guiadas por um saber ou por outro, um dia serão sujeitos da história, pois sua forma de compreender o mundo estará sempre manipulada por agentes externos, mantenedores da ordem vigente.

Embora coerente e dotado de rigor metodológico, o saber advindo das filosofias tradicionais de cunho especulativo geralmente reflete o pensamento de grupos privilegiados, portanto são ineficazes para uma radical mudança social. De outro lado, embora o saber advindo do senso comum seja dotado de paixão e vontade – qualidades imprescindíveis para uma revolução –, ele é cego e acrítico, pois a prática resultante dessa vontade é canalizada para objetivos estranhos aos reais interesses das massas populares. Conforme Gramsci (2011, p. 202): “O elemento popular ‘sente’, mas nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual ‘sabe’, mas nem sempre compreende e, menos ainda, ‘sente’”. Pela carência de rigor crítico, a ação política das massas torna-se facilmente manipulada de acordo com os interesses dos grupos dominantes. Nessa perspectiva, não há mudanças radicais, ou seja, os pobres continuarão na miséria enquanto sustentam as regalias dos ricos.

Para solucionar tanto os limites advindos de um abstracionismo intelectualizado quanto de um ativismo desmedido e acrítico, Gramsci, revisando Marx e Engels, propõe a filosofia da práxis. Antes fragmentados, portanto, sem conexões entre si, Gramsci entende que esses saberes podem fazer parte de um bloco só. Assim, eles precisam ser unificados, não apenas em vista de uma melhor compreensão do mundo, mas também visando uma ação coletiva, ao reunir os intelectuais e as massas populares, para a transformação da sociedade.

A filosofia da práxis é a “filosofia em ação”

Ao defender a filosofia da práxis, o objetivo de Gramsci é o de unir teoria e prática, uma vez que ele constatou rupturas entre um e outro saber por parte dos revisionistas da obra de Marx. Este, para Gramsci é o fundador da filosofia da práxis. Não se trata, portanto, de invalidar o saber provindo do senso comum, tendo em vista que a filosofia da práxis parte dele, nem tampouco descredenciar a tradição filosófica. O que ele questiona, de um lado, é a carência de uma reflexão crítica presente no senso comum, e de outro, os sistemas filosóficos que servem de instrumento de

poder das classes dirigentes sobre a classe dirigida. Em geral, esses sistemas são construídos a partir de atividades solitárias de intelectuais e pensadores, no que se traduz em uma distância entre o intelectual e as massas populares.

Contudo, mesmo distante das massas, a atividade intelectual não deixa de ser política, pois os intelectuais sempre estão diretamente associados a classes sociais, já que para Gramsci, não existe homem fora da história e ausente de agrupamentos sociais. Para ele, o homem é um ser naturalmente político, e por isso, não se pode esquecer dos reais elementos primordiais da política nos quais todos estamos envolvidos, conforme citação: “O primeiro elemento é que governados e governantes, dirigentes e dirigidos existem realmente. Toda ciência e arte política se baseia nesse fato primordial, irredutível (em determinadas condições gerais)” (GRAMSCI, 2012, p. 11).

Portanto, os intelectuais não são neutros, assim com o pensamento que eles criam também não o são. Eles fazem parte ou da classe dirigente, ou da classe dirigida. Podem haver casos nos quais os intelectuais da classe dirigida são comprometidos com o poder da classe dirigente, ainda que esse compromisso não seja feito de forma deliberada. O fato é que a história demonstra que há uma forte conexão entre os intelectuais e a defesa da ideologia das classes dominantes, conforme citação:

Formam-se assim, historicamente, categorias especializadas para o exercício da função intelectual; formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas sobretudo em conexão com os grupos sociais mais importantes, e sofrem elaborações mais amplas e complexas em ligação com o grupo social dominante (GRAMSCI, 2001, p.18-19).

Pouco adianta um homem ser esclarecido e atingir a maioria no sentido kantiano, se este não se identifica com nenhuma classe social, mesmo sendo parte de uma delas. A filosofia da práxis não é a filosofia de um só, ela não é consequência de uma produção intelectual individualista, a menos que essa produção esteja a serviço da emancipação das massas populares. Uma vez posta em ação, a filosofia da práxis une o elemento popular e o intelectualizado. Ela reúne a inteligência do filósofo à vontade das massas, e ambas se tornam uma unidade ativa, conforme citação:

Deduz-se daí, também, que o caráter da filosofia da práxis é sobretudo o de ser uma concepção de massa e de massa que opera unitariamente, isto é, que tem normas de conduta não só universais em ideia, mas também “generalizadas” na realidade social. E a atividade do filósofo “individual” só pode ser concebida, portanto, em função de tal unidade social, ou seja, também ela como política, como função de direção política (GRAMSCI, 2011, p. 196).

Para Gramsci, não há filosofia sem história, assim como não há história sem luta de classes, portanto, as filosofias não estão ausentes da luta política. É no campo das contradições e conflitos entre classes que os intelectuais são agentes da classe social subordinada ou da outra classe social

dirigente. Por exemplo, assim como há os intelectuais que defendem a ideologia burguesa e capitalista, há os intelectuais que defendem a classe proletária, conforme Marx (2001, p. 111): “Do mesmo modo que os *economistas* são os representantes científicos da classe burguesa, os *socialistas* e os *comunistas* são os teóricos da classe proletária”.

Desse modo, um dos focos principais de Gramsci é o de evitar a desagregação dos saberes, assim como o de unir os intelectuais aos setores desfavorecidos da sociedade de classes. Ambos, intelecto e vontade coletiva, formam uma força hegemônica poderosa capaz de abalar qualquer infraestrutura econômica e de enfrentar qualquer hegemonia dominante, conforme citação: “A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam” (GRAMSCI, 2011, p. 137).

Uma vez que a filosofia da práxis se popularizar, os grupos economicamente desfavorecidos deixarão a condição de serem marionetes sujeitas à ação das forças naturais ou políticas, e passarão a ser protagonistas. Momento no qual toda a estrutura da sociedade burguesa será demolida, validando as palavras de Marx e Engels (2006, p. 46): “O objetivo imediato dos comunistas é o mesmo que o de todos os outros partidos proletários: constituição dos proletários em classe, derrubada da supremacia burguesa, conquista do poder político pelo proletariado”. O objetivo de Gramsci é o de emancipar as massas populares de todo e qualquer determinismo histórico imposto pela ideologia religiosa ou provindo de filosofias especulativas e científicas.

O exercício crítico e reflexivo permanente sobre a situação real, fará as massas identificarem qual é a sua posição social na história e quais são os motivos sociais e econômicos que as empurraram para o “andar de baixo”. Atitude esta que evitará conformismos e instigará as mesmas para o embate contra toda forma de exploração e miséria nas quais as mesmas foram lançadas. A filosofia da práxis de Gramsci nos mostra que uma prática racionalizada aliada à uma teoria concreta são dois fatores essenciais na luta pela derrocada do capitalismo, conforme citação: “A identificação de teoria e prática é um ato crítico, pelo qual se demonstra que a prática é racional e necessária ou que a teoria é realista e racional” (GRAMSCI, 2011, p. 163).

Portanto, uma das tarefas essenciais dessa filosofia em ação, que une os intelectuais às massas populares, é a de formar quadros de formação ideológica para se contraporem a hegemonia ideológica em vigor. Como consequência, em qualquer conjuntura social e econômica, não haverá espaço para a naturalização das relações sociais que legitima a divisão da sociedade de classes. E,

quanto às camadas populares menos favorecidas, a sua passividade cederá lugar à crítica, e o seu conformismo será substituído pela luta.

Conclusão

A filosofia da práxis objetiva evitar a ruptura entre os saberes, por Gramsci entender que essa cisão é reflexo da divisão de classes, portanto é um problema menos epistemológico que político. Enquanto uma classe é agraciada pela alta cultura filosófica e científica a outra é relegada à ignorância, restando-lhe o trabalho alienado como alternativa. Ao tempo em que a classe dirigida constrói uma concepção de mundo acrítica e desagregada, intelectuais e pensadores constroem um saber com rigor lógico. Porém, devido à complexa cadeia de abstrações em volta desse saber, ele termina por não satisfazer a compreensão dos reais problemas sociais e econômicos vivenciados pelas massas populares.

O senso comum tem seus limites. As massas não farão a revolução guiadas por saberes desagregados ou manipulados por agentes estranhos a elas. Falta-lhes a teoria de caráter revolucionário para instigar-lhes à ação. Da mesma forma, um racionalismo especulativo é tão ineficaz para a transformação social quanto as retóricas revolucionárias vazias que acreditam em um determinismo revolucionário das massas. Esses são traços de descontinuidade entre essas “filosofias” e a filosofia da práxis.

Por outro lado, ao reunir teoria e prática, a filosofia da práxis junta o que há de melhor nesses outros saberes: a crítica filosófica de caráter histórico e dialético que leva ao desmascaramento da real situação de opressão e exploração dos grupos desfavorecidos; e a ação e vontade das massas populares nas quais uma vez críticas da própria situação de miséria, se erguerão contra as classes favorecidas. Isso implica numa desnaturalização das relações sociais cujos efeitos apontam para uma rejeição aos conformismos e fixações das condições históricas e políticas.

Do mesmo modo, a emergência de uma nova classe de filósofos e intelectuais à serviço das massas, resultará numa filosofia que expressará os anseios reais das classes dirigidas em vista de sua emancipação. O terreno estará pronto para a formação de uma nova hegemonia para se contrapor ao grupo hegemônico dominante. Desse modo, a filosofia da práxis uma vez popularizada, preparará a revolução.

Ao ser um militante político aliada à um engajamento intelectual em vista das transformações sociais, Gramsci fez uma opção que determinou o rumo de sua vida. Sua luta “filosófica” unia a crítica ao sistema capitalista hegemônico e à exigência da criação de uma nova

cultura, na qual houvesse a libertação concreta da vida humana, cujo resultado seria a formação do socialismo por meio de um processo revolucionário.

Se as aspirações de Gramsci não forem suficientes aos olhos de alguns leitores, elas deveriam servir de inspiração para muitos jovens em busca de referenciais, a fim de se combater uma cultura marcadamente egoísta, consumista, injusta e desigual. A coerência entre a vida e a obra de Gramsci é uma opção autêntica para uma juventude desiludida e desorientada, em volta das vitrines do consumismo e perigosamente atraída pelo emergente discurso fascista.



Referências

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Tradução de Carmen C. Varriale [*et. all*]. 12ª ed. São Paulo: Editora UNB – Imprensa oficial, 2004 (vol. 1).

ENGELS, Friedrich e MARX, Karl. **O manifesto comunista**. Tradução de Débora Landsberg. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, v.2.

____. **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Organização e introdução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

____. **Poder, política e partido**. Tradução de Eliana Aguiar. Organização e introdução de Emir Sader. 2ª ed. São Paulo: Expressão popular, 2012.

KANT, Immanuel. **Textos seletos**. Tradução de Raimundo Vier [*et. all*]. Introdução de Emanuel Carneiro Leão. Petrópolis: Vozes, 2010.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia: resposta à filosofia da miséria de Proudhon**. Tradução de Paulo Ferreira Leite. São Paulo: Centauro, 2001.